



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEQUIMÃO
Gabinete do Prefeito
CNPJ Nº 41.611.716/0001-02

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEQUIMÃO - MA

CONVÊNIO Nº 864314/2018

OBJETO: CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE BEQUIMÃO/MA

REFERÊNCIA - DATA BASE : SINAPI (DEZEMBRO/2025) / ORSE (NOVEMBRO-2025) / SEINFRA 028 COM DESONERAÇÃO

BDI=25,00%

LOCAL: BEQUIMÃO - MA.

DECLARAÇÃO PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO

1. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO

Os elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se da essência do objeto licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação, constam no quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Parcelas de Maior Relevância e Valor Significativo

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND.	QUANTI.	VALOR UNIT COM BDI	TOTAL COM BDI	PESO (%)
3.5.8	COMP-33	Ramal de serviço em alta tensão monofásico em cabo de cobre 25mm ²	m	75,00			10,47%
3.5.9	COMP-34	Eductor em tubos de aço galvanizado DN50	m	150,00			6,03%
2.3	COMP-05	Perfuração em Sedimento / Camadas inconsolidadas DN 12.1/2" - Poço até 150m	m	150,00			5,84%
3.4	COMP-20	Aquisição e assentamento de tubo de pvc pba para rede de água, dn 50 mm.	m	587,75			5,42%
2.8	COMP-10	Tubo liso PVC - Geomecanico Stand 154 mm	m	100,00			4,91%
3.2.1	COMP-23	Ligação da rede 50 mm ao ramal predial 1/2" (incluindo escavação, reaterro e conexões)	UND	42,50			4,41%



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEQUIMÃO
Gabinete do Prefeito
CNPJ Nº 41.611.716/0001-02

Faz-se mister salientar que para fins de observância ao disposto no art. 67, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, bem como na jurisprudência dominante no Tribunal de Contas da União – TCU (vide Acórdão 2622/2013), a “exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação”. Ou seja, esse dispositivo deixa claro que somente as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, é que poderão ser objeto de exigência de comprovação de qualificação técnica pela licitante/contratada.

Ademais, a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico- operacional, deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recair, simultaneamente, sobre as parcelas de maior relevância e valor significativo, considerando que, como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação. (Vide Acórdão 2622/2013 Plenário do TCU e Acórdão 2622/2013 Plenário do TCU).

A aplicação dessa faculdade tende a potencializar a competitividade, na medida em que licitantes que não teriam condições de comprovar a qualificação técnica poderão se valer da qualificação técnica do subcontratado para concorrer.

Franknilva Vieira da Silva Matos
Engenheira Civil
CREA: 110393427-9